

coleção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME I: A-E



FICHA TÉCNICA

Título Dicionário de História da 1.ª República e do Republicanismo, Volume I – A-F

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)
Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)
David Louro de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)
Frustrado Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)
Helder Adegaz Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)
Manuel Löff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Maria Fernanda Rolfo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)
Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)
Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)
Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rolfo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices: Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceção Garvão, Fernando Sequeira, Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design: Nuno Timóteo

Paginação e pre-impresão: Textype e Ana Rita Charola
Impressão: Rainho & Neves, Lda.

Tiragem: 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)
ISBN 978-972-556-557-5 (volume 1)
Depósito legal: 366 586/13

Lisboa, outubro 2013

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 28/2008, de 10 de julho.

www.parlamento.pt

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|------|
| Introdução | 7 |
| Textos (A-E) | 11 |
| Índices | 1293 |
| Índice de textos | 1295 |
| Índice de autores | 1303 |
| Índice de entidades | 1307 |
| Índice de publicações periódicas | 1323 |
| Índice geográfico | 1329 |
| Índice onomástico | 1339 |

ELETRICIDADE. PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO

Em 1910, quando foi implantada em Portugal a I República, o país possuía já algumas cidades iluminadas a luz elétrica e esta fonte de energia e iluminação era igualmente utilizada no espaço doméstico, nos edifícios públicos e em algumas indústrias. Foi, contudo, preciso esperar ainda algumas décadas até a generalização da eletricidade na vida quotidiana e na produção industrial.

A produção de eletricidade: centrais termicas e centrais hidroelétricas

Nos inícios do século XX, o setor elétrico era caracterizado pela existência de um grande número de produtores que possuíam centrais elétricas de pequena dimensão, maioritariamente termicas, que visavam, sobretudo, o fornecimento de eletricidade para a iluminação pública. Deste cenário exceção faz-se a Sociedade de Energia Elétrica, no Porto, e a Companhias Reunidas Gás e Eletricidade, em Lisboa, que para além de produzirem eletricidade para a iluminação pública e privada destas cidades forneciam também eletricidade para a indústria. Na ausência de grandes produtores, que assegurassem uma produção suficiente e constante, as grandes indústrias que utilizavam já esta energia viam-se obrigadas a instalar as suas próprias centrais, na maior parte dos casos termicas.

De acordo com os dados fornecidos pela *Revista de Obras Públicas e Minas* (481-482, 1910, p. 203), até 1910, foram registadas 73 indústrias de eletricidade e, durante esse ano, as seguintes nove: J. Carvalho & Irmao em Vila Nova de Fimalcio, destinada à iluminação pública e privada, com uma potência de 60kW; Gomes & Mattos no Bom Jesus, em Braga, com o fim de iluminar o Grande Hotel do Elevador e o Grande Hotel do Lago, com a potência de 3003kW; Manuel da Silva Neves, na Figueira da Foz, com o objetivo de fornecer energia para um cinematógrafo, com 7kW; Dias Nogueira e C.ª, em Monte Redondo, Goes, destinada à iluminação e produção de energia para a força motriz da Fábrica da Ponte de Santnam, com 140kW; Adrião Coelho Novais, em Louza de Cima, Loures para a iluminação de lagar e casa de habitação e produção de energia para um moinho de azeite, com 5 kW; Sociedade Clemente Menéres, Ld.ª, no Porto, destinada à iluminação e força motriz de uma fábrica com 11 kW; António de Oliveira Duarte, em Abrantes, com o objetivo de produzir energia para a iluminação pública e privada, com 92kW; Manuel Pacheco Vieira, em Vila da Povoação, em Vale de Lúrias, para a iluminação pública e privada, com 40kW; João Raposo de Medeiros, na Horta, para a iluminação pública e privada com 100kW. Esta lista é bem demonstrativa da grande disparidade de dimensão das instalações elétricas e dos consumos a que as mesmas se destinavam neste princípio de século.

Em 1918, o engenheiro Maximiliano Apolinário publicou no artigo «A indústria da energia elétrica em Portugal», que surgiu na *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.º 583 a 588, p. 103 a 113), o levantamento das indústrias elétricas existentes em Portugal, que tinha realizado no ano anterior. Este levantamento, baseado nas infor-

mações obtidas junto das empresas e das entidades exploradoras da energia elétrica, apesar de não ser exaustivo em relação às empresas autoprodutoras de eletricidade nem ao de tração elétrica, permite ter uma visão geral da situação da indústria elétrica no país, naquela altura. As informações coligadas identificaram 39 centrais, das quais 12 hidroelétricas, 6 mistas e 21 termoelétricas, que no conjunto atingiam uma potência instalada 13 136kW, ou seja, uma média de 336,8kW por central e um consumo médio 1,9kW por cada 100 habitantes. Os dados sobre o consumo demonstravam um deslocamento assinalável em relação aos consumos que na mesma altura se praticavam nos principais países europeus. As informações recolhidas demonstraram também que a produção e distribuição de eletricidade apenas cobria 40 concelhos do país, o que representava apenas cerca de 15% do total dos concelhos.

A produção de eletricidade da maioria das centrais, consideradas por Maximiliano Apolinário, destinava-se apenas ao mercado local. Como exceções surgiam a Hidroelétrica do Coura, a Hidroelétrica do Corvete, a Hidroelétrica do Varosa, a Hidroelétrica da Serra da Estrela e a Companhias Reunidas Gás e Eletricidade, que tinham uma dimensão que extravasava o nível concelhio, embora não se pudessem considerar centrais regionais (alimentavam no máximo duas ou três povoações).

Na altura a hidroeletricidade representava menos de 17,5% do total da potência instalada. Os primeiros alvarás regionais que tinham sido concedidos para o aproveitamento das quedas de água datavam do início do século XX. Nalguns casos, as empresas concessionárias iniciaram de imediato as obras de aproveitamento dos rios e a produção de eletricidade, e outros o aproveitamento dos rios não se chegou a concretizar. A Eletro Mogem de Riba Coa, que obteve a concessão do rio Coa em 1906, instalou, nesse mesmo ano, uma pequena central e linha para o Pinhel. Por seu lado, a Hidroelétrica do Varosa, que obteve a concessão em 1907, em dois anos já estava em condições de fornecer energia elétrica a Lamego e a Pêso da Régua. Em 1908, a atribuição da concessão do rio Alva permitiu que a Imprensa Hidroelétrica da Serra da Estrela construísse a Central da Senhora do Desterro, a maior central hidroelétrica na altura existente no país.

Ao longo da década de 1910, assistiu-se a um crescente interesse pela hidroeletricidade, que os anos da I Guerra Mundial contribuíram para acentuar. De facto, a escassez de carvão, que o país viveu durante a guerra, e que obrigou a pôr em prática medidas restritivas do consumo de eletricidade, tornou mais evidente a necessidade de encontrar uma alternativa à termo-eletricidade que pudessem assegurar e ampliar a produção e distribuição de eletricidade, sem a dependência constante dos recursos carboníferos estrangeiros a que nos obrigava a carência de combustíveis existentes no país e o fraco poder calorífico dos carvões portugueses.

Data do pós-guerra o surgimento das primeiras empresas regionais de aproveitamento da energia hidroelétrica, como é o caso da União Elétrica Nacional, criada em 1919.

Em 1928, quando se realizou a primeira estatística das instalações elétricas, o número total de instalações elétricas existentes no país elevava-se a 354, das quais 69 eram hidráulicas e 285 termicas. Na altura, apenas duas centrais hidráulicas e três térmicas tinham uma potência superior a 5000kW e, como referiu Ezequiel de Cam-

pos, o país continuava a caracterizar-se por «uma verdadeira dispersão se centrais minúsculas» («Eletrificação», *Revista da Ordem dos Engenheiros*, IV, 27, 1946, p. 166).

A criação de redes para a iluminação pública e privada e eletricidade

A primeira década de noventa foi marcada pela introdução da eletricidade na iluminação pública de vários centros urbanos do país, processo que se iniciou na década de 1880. No entanto, em algumas cidades e vilas, a introdução da luz elétrica foi dificultada pela pré-existência da iluminação pública a gás, que, na maior parte dos casos, era explorada por companhias, num sistema de monopólio garantido pela atribuição da concessão da iluminação pública, durante um período de tempo que, normalmente, ia de 30 a 60 anos.

A pré-existência da iluminação pública a gás teve como consequência três situações diferentes na criação de redes urbanas de eletricidade. Nuns casos, verificou-se o estabelecimento de empresas de produção e distribuição de eletricidade que, atuando num mercado paralelo ao da produção e distribuição de gás, forneciam a eletricidade para o consumo privado. Foi o que se verificou, por exemplo, na cidade do Porto com a Companhia de Luz Elétrica, que estabeleceu uma pequena central e rede de distribuição e, em 1887, passou a fornecer eletricidade para os consumidores privados, conquistando, desta forma, um mercado paralelo ao da iluminação pública. Semelhante estratégia verificou-se também em Évora com a C.^a Eboresense de Eletricidade, na primeira década do século XX.

Um outro tipo de situação foi aquela que se registou em Lisboa, onde uma das empresas que explorava a iluminação a gás, a Companhia Gás de Lisboa, em 1889 instalou uma pequena central elétrica na Avenida da Liberdade e iniciou a iluminação pública dessa avenida a eletricidade.

O atraso na instalação de redes de gás em algumas cidades, que deste modo não se encontravam condicionadas por compromissos contratuais, criou-lhes uma situação favorável para aderirem à eletricidade. Como resultado desta situação, algumas cidades de pequena dimensão e localizadas no interior do país foram precoces na instalação de redes de produção e distribuição de eletricidade para a iluminação pública. Neste contexto se enquadra a inauguração, em 1893, da iluminação pública a luz elétrica na cidade de Braga e, no ano seguinte, em Vila Real. Muitas vezes a introdução da luz elétrica nestas cidades esteve associada à utilização da eletricidade como força motriz por parte de empresas industriais, que, através da produção de energia para a iluminação pública durante a noite, ou seja, no momento em que a fábrica não se encontrava a trabalhar, procuravam rentabilizar o investimento feito na instalação da sua central elétrica. Foi o caso da Companhia Elvense de Moagens a Vapor que, em 1901, passou a fornecer energia para a iluminação pública da cidade de Elvas, ou o caso da Moagem de António Rosado Caetano, que a partir de 1905 forneceu a energia necessária para a iluminação pública de Reguengos de Monsaraz, para dar apenas alguns exemplos.

No entanto, se nas primeiras décadas do século XX foram numerosos os pedidos de concessão da iluminação pública e a atribuição dessas mesmas concessões, a

verdade é que nem todas se concretizaram. Refira-se, por exemplo, o caso da empresa Moon Longhkin & C.^a, com sede em Manchester, que, tendo obtido a concessão da iluminação pública de Guimarães e Estremoz, não conseguiu concretizar a instalação de rede de distribuição da iluminação pública em nenhuma destas localidades. Situação que se repetiu em vários outros casos e que decorria dos elevados custos financeiros que implicava a instalação desta mesma rede.

O enquadramento legal da produção e distribuição de eletricidade durante a República

Inicialmente, as instalações elétricas estavam dependentes da Repartição dos Telégrafos da Direção-Geral dos Serviços Telegrafo-Postais, mas, no início do século XX, a avaliação dos processos relativos à concessão, instalação e exploração de infraestruturas elétricas passou a estar dependente de uma Inspeção-Geral de Telégrafos e Indústrias Elétricas, que foi criada no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ministério que, com a implantação da República, se passou a designar Ministério do Fomento.

Durante o período republicano, foram publicados vários textos legislativos que procuravam normalizar as concessões da iluminação pública pelas Câmaras Municipais. Com esse objetivo, em 30 de novembro de 1912, a Administração-Geral dos Correios e Telégrafos publicou o «Caderno de encargos-tipo para a concessão por uma Câmara Municipal duma distribuição de energia elétrica», o qual esteve em vigor até 1923. Data também desse ano o «Regulamento das concessões de licenças para o estabelecimento e exploração de instalações elétricas». Em 1913, foi publicada a lei que atribuía às câmaras a capacidade de deliberarem sobre a «municipalização dos serviços locais» (lei de 7 de agosto de 1913). Esta lei previa, ainda, que as câmaras se pudessem federar para a administração, em comum, de um ou mais serviços públicos, como era o caso do abastecimento de águas ou energia.

Na sequência do 1.º Congresso Municipalista Alentejano, realizado em 1915, e durante o qual as vantagens da municipalização dos serviços foram discutidas e apoiadas pelos congressistas, várias cidades colocaram a hipótese de explorar diretamente a iluminação pública e o saneamento. No entanto, poucos foram os casos em que essa municipalização se concretizou nessa década. Embora, em 1927, se considerasse que a municipalização de certos serviços de utilidade pública era já uma realidade no país (decreto n.º 13 350, de 25 de maio de 1927), a verdade é que só cerca de 15% dos concelhos exploravam diretamente os serviços de iluminação ou do abastecimento de águas.

A Lei das Águas, de 10 de maio de 1919 (decreto n.º 5787), dava também aos municípios federados algumas vantagens, embora a sua efetivação prática fosse dificultada por algumas restrições estabelecidas na própria lei. No ano seguinte, foi criada a Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos (decreto n.º 7039, de 17 de outubro de 1920).

Já após o 28 de Maio de 1926, foi publicada a Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos (decreto n.º 12 559, de 20 de outubro), que estabelecia o princípio da

rede elétrica nacional. No ano seguinte, foi posta em concurso a apresentação de anteprojetos da Rede Elétrica Nacional. Estava aberto o caminho para a «lei n.º 2002, da Eletrificação do País» publicada, em dezembro de 1944, e que veio a ser documento estruturante da Rede Elétrica Nacional.

A evolução da produção e o consumo de eletricidade nas cidades de Lisboa e do Porto de inícios do século XX a 1948

Para o final do século XIX e inícios do século XX, não é possível conhecer, em termos nacionais, a forma como evoluiu o consumo de eletricidade. Nas cidades de Lisboa e do Porto a evolução foi ascendente, mesmo durante os anos da I Guerra Mundial, tendência que parece ter-se verificado na grande maioria dos outros centros urbanos que já beneficiavam desta fonte de iluminação e energia.

Após o fim da guerra, o consumo do Porto manteve a tendência ascendente, que se acentuou a partir de 1922, altura em que a entrada em funcionamento da Central do Lindoso assegurou o aumento da produção de energia e permitiu dar resposta aos vários pedidos de ligação à rede pública da cidade. No caso de Lisboa, embora não se tenha conseguido estabelecer uma linha evolutiva dos consumidores e montantes produzidos/consumidos entre o fim da guerra e o final dos anos 20, a diferença de valores entre 1918 e 1929 é bem demonstrativa desse crescimento. Enquanto, na primeira data, os consumidores se elevavam a 8127 e o consumo a 6,55 Gigawatt (GW), em 1929 esses valores tinham aumentado para 77 409 consumidores e 45,48 Gigawatt (GW). Este aumento do consumo de eletricidade, em Lisboa, foi tributário do aumento da capacidade de produção da Central Tejo, que na sequência da sua ampliação e da introdução de novas máquinas passou de 8300kW para 27 750kW de potência instalada.

Com base nos dados que a partir de 1928 foram publicados na *Estatística das Instalações Elétricas*, constata-se que, se nessa data, as cidades de Lisboa e do Porto tem ainda um peso determinante no consumo global de eletricidade, a tendência registada até à II Guerra Mundial mostra o peso cada vez menos acentuado destas cidades no consumo global do país. Esta tendência traduz o aumento do consumo de eletricidade noutras regiões do país. Contudo, esse aumento é marcado por grandes disparidades regionais, verificando-se uma maior eletrificação do litoral por oposição ao interior e do Norte, em contraste com o Sul.

A eletricidade e a indústria

As primeiras utilizações de eletricidade pela indústria foram precoces e remontam à década de 80 do século XIX. Data desta altura a sua introdução na fábrica de Tomar. Na década seguinte, a indústria de moagem e a tecelagem conheceram também as vantagens da utilização da luz elétrica, a qual, nos primeiros anos do século XX, se estendeu a outros setores industriais. Embora não seja possível determinar o início da utilização da eletricidade como força motriz, conhecem-se dados para o número de

motores que eram alimentados pelas redes elétricas de Lisboa e do Porto, e a evolução do seu número traduz uma adesão por parte dos industriais, que não deve ser negligenciada nos estudos sobre a atividade industrial portuguesa deste período. Até porque o número de motores elétricos que, nesta altura, eram utilizados nas fábricas e oficinas era, seguramente, superior aquele que conseguimos identificar.

Em 1924, a rede municipal de eletricidade da cidade do Porto alimentava 1498 motores, na sua maioria de muito pequena potência (menos de 1 horse-power [HP], representando os motores com mais de 10HP apenas 1,9% dos motores instalados. A proliferação de motores de pequena potência correspondia à própria estrutura industrial da cidade, marcada por uma grande quantidade de pequenas fábricas e oficinas. Nesta altura, o número de motores alimentados pela rede municipal de Lisboa elevava-se a 1552 e, até junho de 1925, foram instalados mais 86 motores. A potência total destes motores ascendia a 3521 em 1924 e a 3661 em 1925.

Segundo os dados publicados na *Instalações Elétricas de 1929*, a percentagem de energia elétrica consumida pela indústria elevava-se, em 1927, a 33,5% do total de eletricidade produzida no país. O têxtil, a moagem e a cerâmica eram os setores industriais em que se registava uma maior adesão à energia elétrica.

Se nalguns casos a introdução da força motriz foi acompanhada de uma nova forma de organização do espaço fabril, de maior precisão do trabalho e de custos de rentabilidade que resultavam da aplicação de um motor elétrico a cada máquina, noutros a alteração limitou-se a substituir um sistema de produção de força por outro, sem que desaparecesse todo o sistema de veios e transmissões que eram característicos da utilização de outras forças energéticas, como o vapor ou a energia hidráulica. No entanto, em várias fábricas, a introdução da eletricidade como força motriz foi acompanhada pelo sistema de alimentação individual das máquinas e das ferramentas, que possibilitava não só novas formas de organização do espaço fabril, como uma maior racionalização e rentabilidade do trabalho. Refiram-se, como exemplos, a Companhia Fabril do Cavado, a Empresa Transformadora de Lã, Lda., na Serra da Estrela, e a Empresa Vulcano e Colares.

A eletricidade e os transportes

As primeiras aplicações de eletricidade aos transportes datam de finais do século XIX, e os elétricos foram introduzidos na cidade do Porto em 1895. Em Lisboa, a tração elétrica iniciou-se em 1901, após a construção da Central Elétrica de Santos, que permitiu fornecer a energia elétrica necessária a este meio de transporte urbano. Por volta de 1905, já os americanos tinham desaparecido definitivamente da cidade e, em 1910, os principais pontos da cidade estavam já ligados pelo elétrico, cuja extensão da rede atingia 114,7 km. A exploração altamente rentável deste sistema permitiu baixar as tarifas, o que favoreceu a maior utilização deste meio de transporte urbano. O número de passageiros transportados elevava-se em 1910 a 49 925 176, atingindo uma média de 317 passageiros por carro/dia.

Quatro anos depois, este melhoramento estende-se a Coimbra e, em 1914, a Braga. Também em 1914, foram eletrificados os primeiros elevadores da cidade de

Lisboa – os elevadores da Bica, do Lavra e da Glória –, que pertenciam à Companhia dos Ascensores.

Nestes primeiros tempos do século XX, a energia consumida em tração era ainda diminuta e só com a aplicação da electricidade aos comboios o consumo de electricidade, para tração, conheceu um aumento significativo. A primeira linha de comboios a ser electrificada foi a linha de Cascais, em 1926. No entanto, a primeira iniciativa para electrificar esta linha data de 1915, altura em que a Sociedade Estoril apresentou semelhante proposta à Companhia Carris de Ferro Portugueses. Na altura, chegou-se mesmo a iniciar os trabalhos de electrificação da linha, mas o desencadear da guerra impediu a concretização desta iniciativa, que só na década de 1920 foi retomada. Quando foram retomados os projetos de electrificação da linha de Cascais a Sociedade Estoril era dirigida pelo engenheiro Manuel Belo, que, juntamente com o sub-diretor, engenheiro Canceledo de Abreu, acompanhou de perto os trabalhos de electrificação da linha e de remodelação das estações. Em 1924, os trabalhos de electrificação da linha de Cascais estavam em pleno desenvolvimento e, em abril desse ano, tinham-se colocado colunas nas plataformas da Estação de Algés, tendo um comboio de serviço distribuído colunas entre as Estações do Cas do Sodré a Cascais. Em agosto de 1926, foi finalmente inaugurada, com grande adesão da população, esta linha. A energia necessária ao funcionamento desta linha era assegurada pela CRGE a partir da Central Tejo, sob a forma de corrente alterna de 10 000 volts.

Das comunicações à medicina: as aplicações diversificadas da electricidade

Desde as últimas décadas do século XIX que as aplicações da electricidade foram diversificadas, estendendo-se da iluminação até ao telefone ou à medicina. Apesar de o consumo de electricidade pelas telecomunicações ser marginal, esta foi uma das aplicações de electricidade que maiores alterações provocaram na economia, na sociedade e na política dos diferentes países, pela possibilidade de fazer circular a informação de forma rápida e espacialmente alargada. A possibilidade de transmitir o som através da telegrafia eléctrica, do telefone, da telegrafia sem fios (TSF), da radiodifusão e da televisão, marcou uma viragem tecnológica importante na utilização da electricidade. De facto, o desenvolvimento de sistemas de comunicação, como a TSF, esteve associada, uma tecnologia radicalmente diferente, a eletrónica.

No início do século XX, o telefone era ainda um produto de luxo só acessível às empresas, aos serviços públicos e a escassos particulares e estava apenas implantado em Lisboa. Na década de 1920, a sua utilização alargava-se já a outras cidades portuguesas, embora na maior parte dos casos fossem redes que serviam um número muito reduzido de aparelhos telefónicos, como era o caso, por exemplo, de Alenquer que, em 1924, possuía apenas 14 linhas de telefone ou de Vila Franca de Xira que, na mesma data, tinha 32 linhas. Nos anos seguintes, as redes alargaram-se e, em 17 de maio de 1928, foi inaugurado o telefone direto que ligava Lisboa a Madrid.

O interesse pela TSF levou, depois de um processo complicado, ao estabelecimento da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, sociedade anónima de responsabilidade limitada, para cujo conselho de administração foi nomeado António Centeno.

Além das comunicações, a electricidade foi também importante para assegurar o abastecimento de água a vários centros urbanos, pois permitiu a captação de águas a maior profundidade. Em 1925, foram instaladas em Coimbra bombas eléctricas de elevação de água e, em 1927, a Companhia das Águas de Lisboa instalou uma central eléctrica de captação de água.

Também no campo da medicina são referidas aplicações da electricidade. Refira-se a sua utilização no Instituto Médico, instalado em 1903, por iniciativa do médico Virgílio Machado, na Rua da Alfândega, junto ao Campo das Cebolas, onde existia «uma câmara escura para a endoscopia geral pela luz eléctrica» e onde se faziam radiografias.

Bibliografia: FERRIHA, Jaime Alberto do Couto, e FIGUEIRA, João José Monteiro, *A electrificação do centro de Portugal no século vinte*, Lisboa, EDP-distribuição, 2001; MARIANO, Mário, *História da electricidade*, Lisboa, EDP, 1993; MATOS, Ana Cardoso de, [et al.], *A electricidade em Portugal. Dos primórdios à 2.ª Guerra Mundial*, Lisboa, EDP, 2004.

[Ana Cardoso de Matos]

ELITE POLÍTICA

O termo «elite» é aqui usado numa aceção meramente descritiva e de acordo com um critério posicional, designando aqueles que ocupam os lugares de topo na hierarquia das funções políticas – independentemente da avaliação dos seus méritos, da duração (curta ou longa) dos seus mandatos ou da sua influência real nos processos decisórios. No caso vertente, analisaremos o «círculo central» da elite política da I República, focando os que exerceram cargos ministeriais e parlamentares (apenas os deputados, devido à ausência de dados prosopográficos sobre os senadores).

A mudança de regime, em 1910, implicou uma profunda substituição da elite política dirigente – um tempo novo, homens novos. De facto, dos ministros e deputados da I República muito poucos tinham exercido idênticas funções ou desempenhado outros cargos políticos na Monarquia. Assim, dos governantes após-1910 apenas Bernardino Machado, que aderira ao Partido Republicano Português muito antes do 5 de Outubro, tinha participado (em 1893-1894) num executivo monárquico. E num total de 751 indivíduos eleitos para a Assembleia Constituinte e para a Câmara dos Deputados, só 6,4% tinha frequentado os lugares institucionais do poder no regime anterior – a grande maioria como parlamentar, e alguns destes em representação do Partido Republicano. Apenas na legislatura sidonista (1918-1919), em que monárquicos e católicos ocuparam mais de um quarto dos lugares do hemisfério de S. Bento, se verificou uma proporção mais expressiva (17%) daqueles que tinham iniciado o seu tirocínio político no regime deposedo.

A forte descontinuidade pessoal na composição do núcleo central da elite dirigente *ante et post* 1910 significou também, algumas alterações e mudanças nas suas características. Em termos sociológicos, e apesar do acentuado plebeísmo da «classe política» da Monarquia, vários indicadores e testemunhos coesos apontam para uma extração social mais modesta dos novos governantes, que provinham sobretudo